

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta  
5 minutos, deu-se início a 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia  
6 Hidrográfica do dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-pardo  
7 GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão  
8 dos seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,  
9 execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de  
10 ausência; **Item II** - Discussão e análise dos pedidos de reconsideração relativos aos  
11 processos de outorga: Nº 2240.01.0003111/2020-25 (Costa do Sol Empreendimentos  
12 Imobiliários Ltda.); Nº 2240.01.0002285/2020-17 (Antônio Ângelo Rocha) e Nº  
13 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.); **Item III** –  
14 Aprovação da Deliberação (minuta em anexo) sobre a composição do Grupo de  
15 Trabalho para estudo, correções e contribuições na Proposta de Deliberação Normativa  
16 para restrição no uso de água subterrânea no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica  
17 dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo; **Item IV** - Assuntos Gerais e  
18 **Item V** - Encerramento. **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 36  
19 (trinta e seis) membros, representando 32 (trinta e duas) Instituições, sendo os  
20 seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação**  
21 **Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE), Secretário**  
22 **Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e**  
23 **Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela Macedo**  
24 **Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros: Rodrigo**  
25 **Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG),**  
26 **Alexandre César Nunes Teixeira (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -**  
27 **PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas -**  
28 **IGAM), Rubén César Alvim Vieira (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM),**  
29 **Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do**  
30 **Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de**  
31 **Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Giovani Adison**  
32 **Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), Antônio Carlos Ferreira de**  
33 **Carvalho (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Claudinéia de Carvalho**  
34 **Barbosa (Prefeitura Municipal de Ipuíuna), Priscila Magne Bueno (Prefeitura**  
35 **Municipal de Santa Rita de Caldas), Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura**  
36 **Municipal de Bueno Brandão), Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura**  
37 **Municipal de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de Andradadas),**  
38 **Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de Andradadas), Camilla**  
39 **Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), Joelmar Lucas Andrade**  
40 **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Sérgio Luiz Resende (Companhia de**  
41 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Mário Montingelli Neto (Companhia de**  
42 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**  
43 **S/A), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. – ICASA),**  
44 **Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas**  
45 **(Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Josimar dos Reis**  
46 **Marques (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas -**

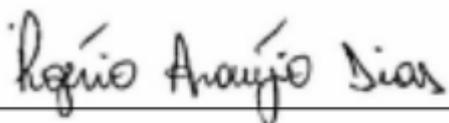
47 **DMAE), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de**  
48 **Poços de Caldas - ASMIPC), Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros,**  
49 **Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende**  
50 **(Associação Poços Sustentável - APS), Irineia Ardisom da Silveira Souza (ONG**  
51 **Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura -**  
52 **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de**  
53 **Caldas), Ana Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**  
54 **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas),**  
55 **Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-**  
56 **MG), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de**  
57 **Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo**  
58 **(Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Claudiomir Silva**  
59 **Santos (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho). Também**  
60 **estiveram presentes os seguintes convidados: Márcia Helena Quintero Lêda**  
61 **(Responsável Técnica pelos projetos de outorga da Pollo Engenharia e de**  
62 **Antônio Ângelo Rocha), Luiz Francisco Pereira e Karl Wagner Acerbi (LF**  
63 **Saneamento, Responsáveis Técnicos pelo projeto de outorga da Costa do Sol**  
64 **Empreendimentos Imobiliários), Lucas Augusto Carmo de Assis (Arquiteto da**  
65 **Pollo Engenharia), Ana Letícia Martins (Advogada da Pollo Engenharia), Nelson**  
66 **Domingues (Advogado da Pollo Engenharia), Juan Carlos dos Reis Cardoso**  
67 **(Pollo Engenharia), Pâmela Stefânia da Silva Sá Leite (Costa do Sol), Marina Melo**  
68 **(Técnica do IGAM), Paulo Pinheiro (engenheiro - Caldas), Danúbia Cardoso**  
69 **(Técnica do IGAM) e Deivid Oliveira. Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente**  
70 **Rogério Araújo Dias, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma boa**  
71 **reunião. Na sequência, o Presidente solicitou a execução do Hino Nacional e convidou**  
72 **todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de**  
73 **ausências. Passou-se então para o Item II - Discussão e análise dos pedidos de**  
74 **reconsideração relativos aos processos de outorga: Nº 2240.01.0003111/2020-25**  
75 **(Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários Ltda.); Nº 2240.01.0002285/2020-17**  
76 **(Antônio Ângelo Rocha) e Nº 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e**  
77 **Incorporações Ltda.); o presidente Rogério estipulou 5 minutos para cada colocação,**  
78 **concedendo a palavra primeiramente para o coordenador da CT de Outorga, Juvenal,**  
79 **posteriormente para o técnico do IGAM que acompanha o processo e em seguida para**  
80 **os empreendedores. O coordenador Juvenal começou falando sobre o processo da**  
81 **Costa do Sol, onde será feita uma canalização de 177m no córrego, a montante da Av.**  
82 **João Pinheiro e disse que a Câmara Técnica, analisando a documentação que foi**  
83 **apresentada, entendeu que não foram adicionadas informações relevantes com relação**  
84 **ao mesmo e portanto, a CT optou pelo não acolhimento do pedido de reconsideração,**  
85 **mantendo-se assim a negativa à solicitação de outorga. O presidente Rogério convidou**  
86 **o técnico representante do IGAM, que acompanhou o processo, a fazer uso da palavra.**  
87 **Ruben disse que os estudos apresentados seguiram todos os critérios exigidos para a**  
88 **análise deste tipo de processo, e o IGAM entendeu a viabilidade da obra ser**  
89 **executada. Disse que os estudos de vazão foram feitos por métodos bem**  
90 **conservadores, o método racional, que superestima a vazão, foi adotado um novo**  
91 **critério do cálculo para dimensionamento do canal, um coeficiente de racionamento**  
92 **considerando o canal a ser executado e comporta plenamente a vazão de projeto, que**

93 foi considerado o efeito do aumento da velocidade de escoamento no canal, sendo que  
94 a canalização vai desembocar no Ribeirão Poços de Caldas, com obras de melhorias,  
95 de condições de drenagem e que portanto, o IGAM mantém o seu posicionamento. O  
96 coordenador Juvenal salientou que o trabalho do IGAM foi impecável e que, em  
97 momento algum questionaram os cálculos, e o posicionamento da CT se deu em razão  
98 das situações extremas, climáticas, que são imprevisíveis e trata-se de uma obra  
99 privada que não tem relevância pública, razão pela qual os custos-benefícios não  
100 contemplam esta variável. Neste momento, o presidente Rogério passou a palavra para  
101 o Luiz Francisco, representante técnico da Costa do Sol que perguntou se todos leram  
102 o pedido de reconsideração, pois explicou que o mesmo está bem completo, que todos  
103 os cálculos foram baseados em técnicas científicas e questionou o motivo deste  
104 modelo de cálculo não ser aceito, já que é o modelo utilizado no mundo inteiro. Expôs  
105 também que do ponto de vista geográfico das bacias, a canalização representa apenas  
106 2% de toda a drenagem e portanto, isto não causaria um efeito significativo de qualquer  
107 ordem na região. Sendo assim, do ponto de vista técnico, mostraram que o risco é  
108 muito baixo, que utilizaram todas as técnicas que o IGAM utiliza, que se basearam na  
109 técnica e na ciência. O presidente Rogério agradeceu e reiterou que o relatório  
110 recebido foi bem detalhado e elucidado e parabenizou por ter sido o relatório mais rico  
111 em conteúdo dos três processos. A palavra foi concedida à conselheira Laene que  
112 solicitou vistas dos três processos com a justificativa de enriquecer ainda mais esta  
113 discussão na próxima reunião, dia 13/04, e verificar o alinhamento com a CT, com  
114 todos os conselheiros e com o Igam. A conselheira Ângela pediu a palavra e disse que  
115 não concorda com o pedido de vistas por todo o trabalho que foi despendido na análise  
116 destes processos, sendo que todos são voluntários e dedicaram o seu tempo para ler,  
117 analisar, se reunir e que tudo que foi pedido aos empreendedores foi anexado aos  
118 processos e que em nome da eficiência, na opinião dela não deveria ser concedido o  
119 pedido de vistas à esta altura e que não deveria mais se postergar decisões que já  
120 podem ser tomadas depois de tanto tempo. A conselheira Laene se retratou dizendo  
121 que é uma prerrogativa que tem no Regimento e que o novo processo veio com  
122 informações novas. Neste momento, o Sr. Nelson, advogado da Pollo Engenharia, se  
123 manifestou contrário ao pedido de vistas, pois disse que o mesmo não é razoável após  
124 quatro anos do processo. Juvenal tomou a palavra e disse que o compromisso da CT é  
125 com a eficiência e com as devidas respostas e que portanto entende que o pedido de  
126 vistas é pertinente. O presidente Rogério concedeu o pedido de vistas da conselheira  
127 Laene, instruindo a mesma a apresentar um relatório no prazo de 15 (quinze) dias  
128 úteis, conforme Regimento Interno. Maria Teresa, membro da CT de Outorga, tomou a  
129 palavra e se absteve da votação desta pauta, concordando com o Sr. Nelson que  
130 quatro anos é muito tempo para um processo ficar parado no Estado, seja por qual  
131 motivo for. Ela frisou que estes três casos foram exaustivamente discutidos e  
132 trabalhados pela CT de Outorga. Detalhou cada um deles e disse que não concorda  
133 com a maneira com que os casos foram encaminhados ao Comitê e o modo como os  
134 advogados trataram os conselheiros, disse que se sentiu ofendida e desrespeitada por  
135 eles, pois o trabalho que fizeram nas análises destes processos foi árduo e além do  
136 mais, feito por voluntários que tem suas outras responsabilidades, mas que tem um  
137 compromisso com o Comitê. Portanto, concluiu que a posição dela permanece a  
138 mesma pelos motivos que foram expostos. Logo em seguida, o conselheiro Leonel se

139 manifestou e questionou porque foi feita uma sondagem somente até 6m de  
140 profundidade, se não deveria ter sido feita até a profundidade das fundações. Outra  
141 sugestão dada por ele foi a de que os processos sejam encaminhados ao Ministério  
142 Público para que seja feito uma avaliação, porque eles tem o conhecimento técnico e  
143 jurídico. O presidente Rogério perguntou se mais alguém queria compartilhar o pedido  
144 de vistas junto com a Laene e ninguém se manifestou. O conselheiro Eduardo lembrou  
145 que não tem discussão sobre o pedido de vistas, mas o Regimento permite sim a vista,  
146 ressaltou que ela deve ser feita uma vez só e que só pode ser mais de uma vez se  
147 houver fato novo, devidamente fundamentado, e que está na previsão do pedido de  
148 vistas a apresentação de um relatório em até 15 dias úteis após o pedido. Chamou a  
149 atenção de todos os conselheiros e Câmaras Técnicas para que conheçam bem o  
150 regimento do Comitê e o plano de bacia. Destacou à CT de Outorga que quando se  
151 apresenta um parecer destes, deve-se detalhar cada questão para que não fiquem  
152 dúvidas. Senão não se orienta a decisão do plenário, somente se manifesta a opinião,  
153 o que diz respeito à competência e trabalho no Comitê. Pediu desculpas por não poder  
154 ter participado desta última reunião da CT de Outorga porque tinha outros  
155 compromissos e lembrou que deve ser preparada uma discussão diferenciada sobre  
156 isto. E se disponibilizou para fazer um trabalho de capacitação com os conselheiros  
157 juntamente com outras pessoas do IGAM, se houver necessidade. O presidente  
158 Rogério agradeceu a participação dele e passou a palavra para a conselheira Ângela  
159 que comentou as colocações do conselheiro Eduardo e frisou que nunca houve uma  
160 participação tão expressiva por parte do IGAM, uma vez que seu representante se  
161 presta como orientador de capacitação dos demais conselheiros. A palavra foi  
162 concedida ao conselheiro José Edilberto que perguntou para os empreendedores se  
163 eles tiveram acesso a fundamentação pessoal dele como conselheiro, nos processos  
164 da Costa do Sol e do Antônio Ângelo. Sobre o processo da Pollo ele disse que vai  
165 seguir o que a CT de Outorga recomendou. Relatou que fez uma síntese das  
166 competências do Comitê e leu a mesma destacando as peculiaridades do Comitê GD6  
167 no âmbito de Poços de Caldas, citando partes do decreto 47.383 e da lei complementar  
168 140 que dispõe em seu parágrafo 3º: harmonizar as políticas e ações administrativas  
169 para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar  
170 conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente. Citou também a  
171 Lei Estadual dos Recursos Hídricos nº 21.972 e o Decreto nº 47.705. Por fim, citou a  
172 Deliberação nº 31 que coloca o Comitê como ente federativo, e fala sobre as  
173 atribuições e responsabilidades do mesmo. Reclamou que realmente sentiu falta da  
174 presença do IGAM na reunião. O conselheiro Eduardo se justificou dizendo que neste  
175 caso especificamente a ausência dele na reunião foi devido à outras reuniões, já que  
176 ele participa de outros Comitês. Com relação ao documento do José Edilberto, disse  
177 que leu integralmente e que tem alguns contrapontos jurídicos, que deveriam ser  
178 encaminhados ao IGAM para que o mesmo esclareça estas controvérsias. Mas, no  
179 geral, a preocupação dele em especial, é que se o empreendedor disser que não foi  
180 atendido no Comitê, ele poderá recorrer ao CRH e o problema disto é que perder-se-ia  
181 o olhar local, regional, a observação do Comitê. Porque o CRH ainda que se atente  
182 para as questões regionais, não tem a visão dos recursos hídricos e o conhecimento da  
183 bacia e de Poços de Caldas como o Comitê tem e que enquanto puder esgotar os  
184 esforços locais, isto deve ser feito. O coordenador Juvenal se manifestou dizendo que

185 o Comitê precisa amadurecer melhor quais são as atribuições no quesito “outorga” e  
186 tem que haver compromisso com a qualidade da resposta e levar a todos os  
187 conselheiros de uma forma muito clara quais são as suas atribuições e que conta com  
188 o apoio do IGAM para isto. O presidente Rogério passou a palavra para o conselheiro  
189 Joelmar que preferiu não discutir a matéria pelo fato dela ter sido retirada da discussão  
190 devido ao pedido de vistas e lembrou que a reunião virou um grupo de discussões  
191 sobre o Comitê. O presidente Rogério agradeceu e disse que todos os conselheiros  
192 serão convidados a participar das discussões dos processos na Câmara Técnica. Logo  
193 em seguida, passou a palavra para o Karl, representante da Costa do Sol, que lembrou  
194 que o processo já teve origem no Ministério Público e portanto, o MP tem ciência sobre  
195 o mesmo. O presidente Rogério disse que manterá todos os representantes dos  
196 empreendedores a par de todos os assuntos. A conselheira Laene reforçou que não  
197 coloca em duvida o trabalho da CT mas que gostaria de acrescentar algo a este  
198 parecer. Disse que respeita todos os conselheiros, que os admira e que por isto tem  
199 várias entidades e várias opiniões. Agradeceu a concessão do pedido de vistas e disse  
200 que dentro de 15 dias entregará o relatório. O presidente Rogério passou para o **Item**  
201 **III – Aprovação da Deliberação (minuta em anexo) sobre a composição do Grupo**  
202 **de Trabalho para estudo, correções e contribuições na Proposta de Deliberação**  
203 **Normativa para restrição no uso de água subterrânea no âmbito do Comitê da**  
204 **Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo;** A  
205 conselheira Ângela neste momento, disse que gostaria de retirar a proposta deste  
206 Comitê, já que a mesma é de sua autoria, **e sugeriu que uma demanda de**  
207 **regramento para água subterrânea no âmbito da Bacia** fosse feita diretamente ao  
208 IGAM. Disse que não quer mais que o trabalho dela seja apreciado, pois acredita que  
209 ele não tem mais significância para este Comitê **dado que pelo tom das**  
210 **manifestações os conselheiros parecem não estar capacitados para exercer suas**  
211 **funções.** Agradeceu a todos e disse que não tem mais nada a contribuir nesta área.  
212 Porém, o presidente Rogério respondeu que o tema ainda prevalece e que o grupo de  
213 trabalho vai ser instituído e o tema será mantido se todos concordarem. Perguntou à  
214 conselheira Ângela se a instituição CREA ainda permanecerá inscrita no grupo de  
215 trabalho e ela pediu um tempo para dar esta resposta **uma vez que teria que entrar**  
216 **em contato com o representante titular.** O conselheiro Eduardo lembrou que no  
217 artigo 12 do Regimento prevê que o pedido de vistas deve ser feito antes da matéria  
218 ser submetida à votação. E que ele deixa uma dúvida se pode ser feito até o primeiro  
219 momento da reunião ou se deve ser feito após o conhecimento do que a CT está  
220 apresentando. Frisou que o pedido de vistas feito desta maneira vira um bloqueador da  
221 reunião. Que ele vai discutir isto como IGAM. Neste momento, a conselheira Laene  
222 disse que aguardou o posicionamento da CT e que em momento algum quis retirar a  
223 apresentação da CT. O presidente Rogério se desculpou por ter se antecipado quando  
224 ela pediu vistas no primeiro processo e ele perguntou se ela quis pedir para os três  
225 processos ao que ela respondeu que sim, sem ter ouvido o parecer da CT técnica  
226 antes. O conselheiro Eduardo disse que colocou uma novidade de uma observação  
227 que aconteceu nesta reunião e o presidente Rogério disse que não houve um relatório  
228 da CT encaminhado juntamente com a convocação porque foi em caráter  
229 extraordinário e que não houve tempo hábil para a CT trazer um parecer na data de  
230 hoje. O coordenador Juvenal se justificou dizendo que fará um detalhamento e

231 encaminhará para todos e resumiu o parecer: Costa do Sol foi mantido a posição  
232 anterior. Antônio Ângelo, houve uma mudança de posicionamento, decidindo a CT  
233 acolher o pedido de reconsideração indicando a concessão de outorga, considerando  
234 que a situação já está estabelecida e consolidada, legalmente possível e em uma  
235 condição onde a demolição é mais complicada que a manutenção e que tem situações  
236 que não tem ocasionado impactos significativos a montante aliados ao fato que, junto  
237 ao Ministério Público, é uma situação acolhida faltando somente a concessão da  
238 outorga. Já no caso da Pollo que é a questão mais polêmica que envolve as questões,  
239 houve depois de muita discussão, não acolhimento do pedido de reconsideração face a  
240 algumas argumentações da área técnica específica de geologia, que a conselheira  
241 Ângela tem auxiliado. Mas diante do que foi colocado, disse que aguardará as novas  
242 colocações que virão para continuar as discussões. E se colocou à disposição agora e  
243 no decorrer do processo. O presidente Rogério disse não podia mais deliberar sobre a  
244 minuta da instituição do grupo de trabalho, já que a conselheira Ângela solicitou um  
245 prazo para ver se mantém a inscrição do CREA ou não. E que quando tiver o parecer  
246 da conselheira Laene, convocará uma reunião extraordinária para discutir o tema.  
247 Sendo assim, passou para o **Item IV - Assuntos Gerais**; o presidente Rogério falou  
248 sobre a publicidade do Comitê, a divulgação das reuniões e demais eventos do Comitê  
249 e a intenção de divulgar os trabalhos do Comitê pelas redes sociais (facebook,  
250 instagram e outros). Disse também que será verificada a questão das Câmaras  
251 Técnicas do CBH GD6, que poderá haver a necessidade de remodelagem de algumas  
252 delas devido à falta de conselheiros nas reuniões e que está sendo feito um trabalho  
253 para publicar as portarias de instituição as câmaras técnicas novamente e que esta  
254 divulgação do Comitê poderá ser trabalhado inclusive pela Câmara Técnica do Meio  
255 Ambiente. Neste momento, o conselheiro Eduardo reiterou que no Portal dos Comitês  
256 tem todas as informações sobre os Comitês de bacias, as pautas das reuniões,  
257 documentos e minutas. **Item V - Encerramento**; Nada mais havendo a tratar, a 1ª  
258 Reunião Extraordinária do ano de 2021 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às  
259 12h15min.



Rogério Araújo Dias  
Presidente CBH – GD6